



**RELATÓRIO
ANUAL**

2016



SUMÁRIO

Mensagem da Administração	02
Dados da Cooperativa	03
Nossa Visão, Missão e Valores.....	04
Os Frutos do Cooperativismo para o Associado	05
Desempenho do Sicoob Credicampo	06
Relatório da Administração	10
Balanço Patrimonial	13
Demonstração de Sobras ou Perdas	15
Demonstração de Mutações do Patrimônio	16
Demonstração de Fluxo de Caixa	17
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	18
Parecer do Conselho Fiscal	36
Parecer da Auditoria	37
7 princípios para a Cooperativa segundo Papa Francisco	40

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Ao apresentarmos, nesta mensagem aos associados, o Relatório do Exercício de 2016, queremos iniciá-la com uma síntese da visão do Papa Francisco sobre o Cooperativismo, especialmente o de crédito:

“As cooperativas têm enfrentado as dificuldades da crise com os seus próprios meios, unindo forças, e não à custa de outros. As cooperativas são inovadoras e criativas, sendo protagonistas no encontro de novas soluções. Humanizam a economia, combinando a eficiência com a solidariedade. Elas devem pensar grande, ampliar os horizontes, mantendo sempre, ao centro de tudo, a pessoa.”

Comungando com esses valores e por eles inspirada e guiada, essa Administração tem enfrentado os grandes desafios que se apresentam nos mais variados aspectos no dia a dia de nossa nação brasileira.

A força do cooperativismo - que o próprio Papa afirma ser capaz de fazer três como resultado da soma de 1 + 1 -, com o apoio e crença do associado, o esforço, dedicação e eficiência do quadro de colaboradores; a qualidade da gestão, empenho e visão dos diretores e conselheiros de administração; e a eficiente atuação dos conselheiros fiscais, nos trouxe os exitosos resultados deste ano. A estrutura consolidada de nosso Sistema, através do trio institucional composto pelo Sicoob Central Crediminas, Bancoob e Sicoob Confederação, foi fundamental para alcançarmos nossos resultados.

Em 2016, tivemos expressivo crescimento de 20,23% nos nossos ativos atingindo R\$114,9 milhões; o patrimônio aumentou em 17,35%, atingindo R\$18,7 milhões; as sobras disposição da assembleia tiveram um incremento de 24,6%, atingindo R\$973 mil. Há que se lembrar ainda, que foi creditado aos associados, em 31/12/2016, o valor de R\$922 mil referente aos juros sobre o capital.

É com muita disposição e energia que encaramos os desafios de 2017, para que possamos manter a rota de crescimento sustentável e ampliação de horizontes do Sicoob Credicampo, mantendo como foco e beneficiário “o associado”.

Com os nossos agradecimentos e abraço a todos,

Saulo Mascarenhas Ribeiro de Oliveira

Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Credicampo



DADOS DA COOPERATIVA

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CAMPOS DA MANTIQUEIRA LTDA.
SICOOB CREDICAMPO

Centro Administrativo

Rua Jeceaba, 107 - Senhor dos Passos
CEP: 35490-000 - Entre Rios de Minas/MG
(31) 3751-1403

Belo Vale

Rua Padre Jacinto, 64
Centro
CEP: 35473-000
Belo Vale/MG
(31) 3734-1663

Desterro de Entre Rios

Rua Teófilo Andrade, 83
Centro
CEP: 35494-000
Desterro de Entre Rios/MG
(31) 3736-1399

Lagoa Dourada

Av. Major Joaquim R. de Resende, 152
Centro
CEP: 36345-000
Lagoa Dourada/MG
(32) 3363-1303

Cristiano Otoni

Praça Santo Antônio, 06
Centro
CEP: 36426-000
Cristiano Otoni/MG
(31) 3724-1634

Entre Rios de Minas

Praça Cassiano Campolina, 45
Centro
CEP: 35490-000
Entre Rios de Minas/MG
(31) 3751-1404

Piedade dos Gerais

Rua Nosso Senhor do Bonfim, 111
Centro
CEP: 35476-000
Piedade dos Gerais/MG
(31) 3578-1222

Conselheiro Lafaiete

Av. Prof. Telésforo Cândido
Resende, 540, LJ 01
Centro
CEP: 36400-000
Conselheiro Lafaiete/MG
(31) 3762-1414

Jeceaba

Rua Juscelina Antônia Dias, 110
Centro
CEP: 35498-000
Jeceaba/MG
(31) 3735-1234

São Brás do Suaçuí

Av. Dr. Aprigio Ribeiro de Oliveira, 398
Centro
CEP: 35495-000
São Brás do Suaçuí/MG
(31) 3738-1692

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Saulo Mascarenhas Ribeiro de Oliveira - Presidente
João Bosco Firmino dos Reis
Alcides Miranda de Oliveira

Geraldo Magela Pereira Resende
Carlos Geraldo Ignacchiti Pimentel
Wagno Almeida Duarte

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Firmino dos Reis
Diretor Geral

Edson José Pinto de Sousa
Diretor de Operações

CONSELHO FISCAL

EFETIVO
Janilson Salatiel da Rocha
Marcelo Nicolau da Costa
Tâmara de Carvalho Bethonico

SUPLENTE
Débora Cristina de Andrade Pereira
João Lúcio de Castro

NOSSA MISSÃO

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e as suas comunidades

NOSSA VISÃO

Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados

NOSSOS VALORES

Transparência, comprometimento, respeito, ética, solidariedade e responsabilidade

Os Frutos do Cooperativismo para o Associado

Cumprindo com o seu papel de fomentar o desenvolvimento regional, proporcionando taxas mais justas e atrativas aos seus associados, o Sicoob Credicampo gerou um total de R\$ 10.442.755,18 em ganhos sociais, durante o ano de 2016.

Desse montante, R\$ 7.057.947,00 representam a economia que os associados fizeram ao manter suas operações de crédito na Cooperativa. Para chegar a esse valor, realizamos o cálculo sobre as mesmas operações, aplicando a média das taxas de juros cobradas pelas demais instituições financeiras, que, normalmente, são bem mais altas, de acordo com dados do próprio Banco Central. Essa economia aliviou, diretamente, o peso no bolso de cada associado tomador de crédito do Sicoob Credicampo.

Outros R\$ 205.516,00 são obtidos considerando a diferença em relação aos ganhos das aplicações em conta corrente. A Cooperativa valoriza e remunera melhor as economias e reservas mantidas por seus associados, garantindo um retorno muito mais atraente.

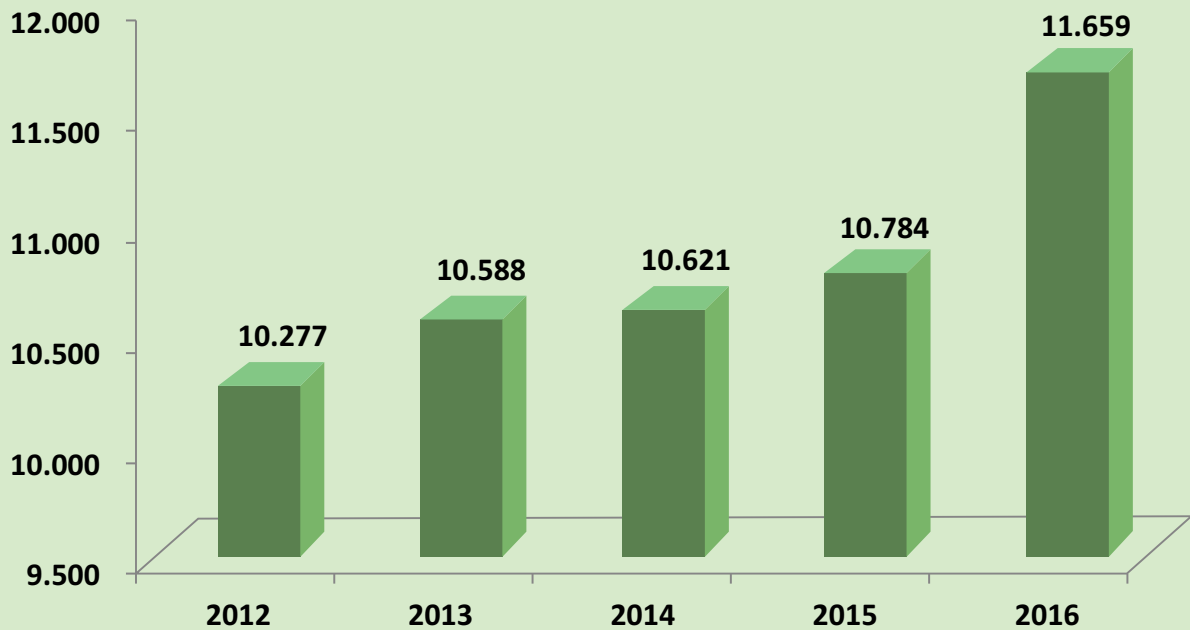
Em relação às tarifas, o Sicoob Credicampo apresentou um valor médio de cobrança quase 40% inferior à média do Sistema Financeiro. Isso pode proporcionar aos nossos associados uma economia total de R\$ 194.428,00 somente nesse item.

A tudo isso, somamos os R\$ 2.984.864,18 obtidos com o pagamento de juros ao capital dos associados, mais as sobras apuradas no encerramento do ano de 2016. Toda essa economia, e o resultado proporcionado, garantem que esses recursos financeiros continuem girando e sendo aplicados na nossa região. Caminhando junto, com justiça e transparência, a Cooperativa pode proporcionar um excelente retorno ao associado, esse, fruto e razão da nossa existência.

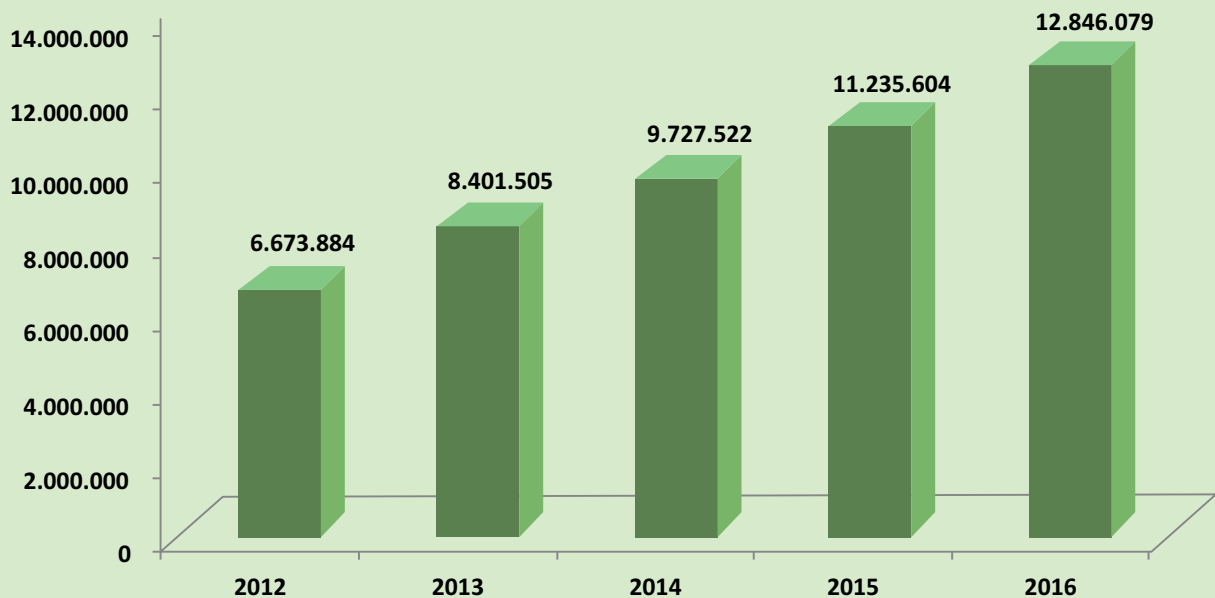
PRODUTO	SFN	COOPERATIVA	SALDO MÉDIO	GANHOS SOCIAL 2016
	Taxa Média Anual	Taxa Média Anual	Saldo Médio Anual	
Empréstimos	50,2%	27,6%	R\$ 20.532.982	R\$ 4.652.825
Conta Garantida	49,3%	83,1%	R\$ 616.408	- R\$ 208.713
Cheque Especial	328,6%	106,9%	R\$ 803.099	R\$ 1.780.836
Títulos Descontados	39,2%	28,5%	R\$ 3.133.035	R\$ 336.467
Financiamentos	29,4%	27,2%	R\$ 2.443.436	R\$ 53.644
Financiamento Rurais Livres	29,4%	22,3%	R\$ 4.865.735	R\$ 345.289
Financiamento Rurais Repassados	9,1%	7,5%	R\$ 6.118.550	R\$ 97.599
Depósito a Prazo	11,3%	11,6%	R\$ 58.688.224	R\$ 205.516
Tarifas (Associado/Cliente)	R\$ 43,35	R\$ 26,67	R\$ 11.659	R\$ 194.428
Sobras				R\$ 2.984.864
VALOR AGREGADO PARA TODOS OS 11.659 ASSOCIADOS				R\$ 10.442.755
VALOR POR ASSOCIADO NO ANO				R\$ 896

DESEMPENHO DO SICOOB CREDICAMPO

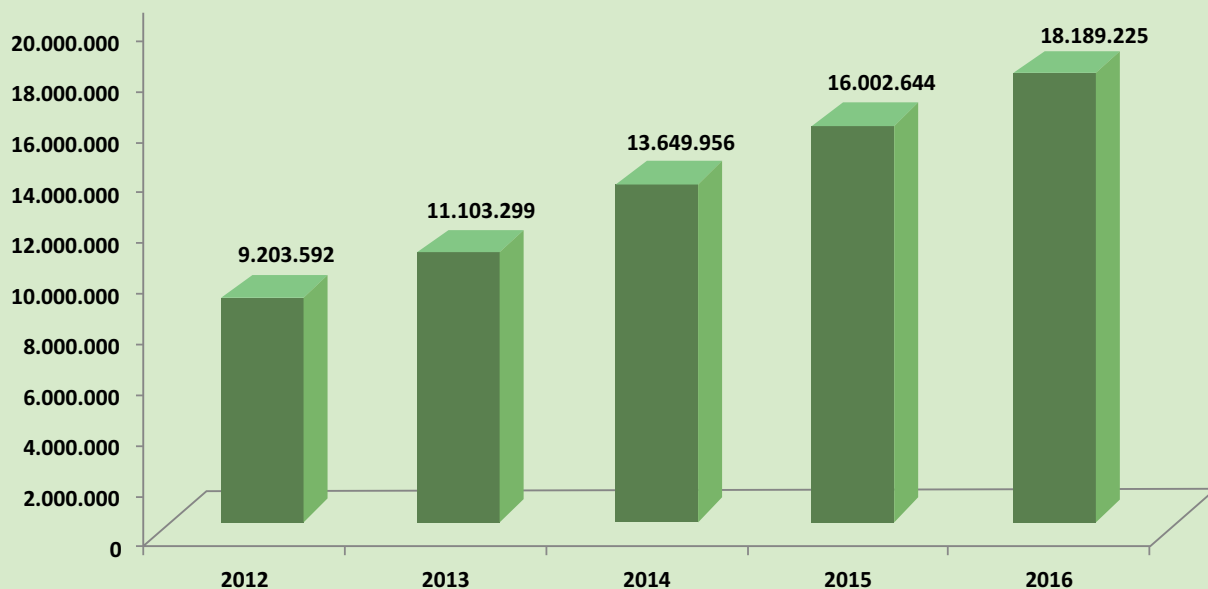
QUADRO DE ASSOCIADOS



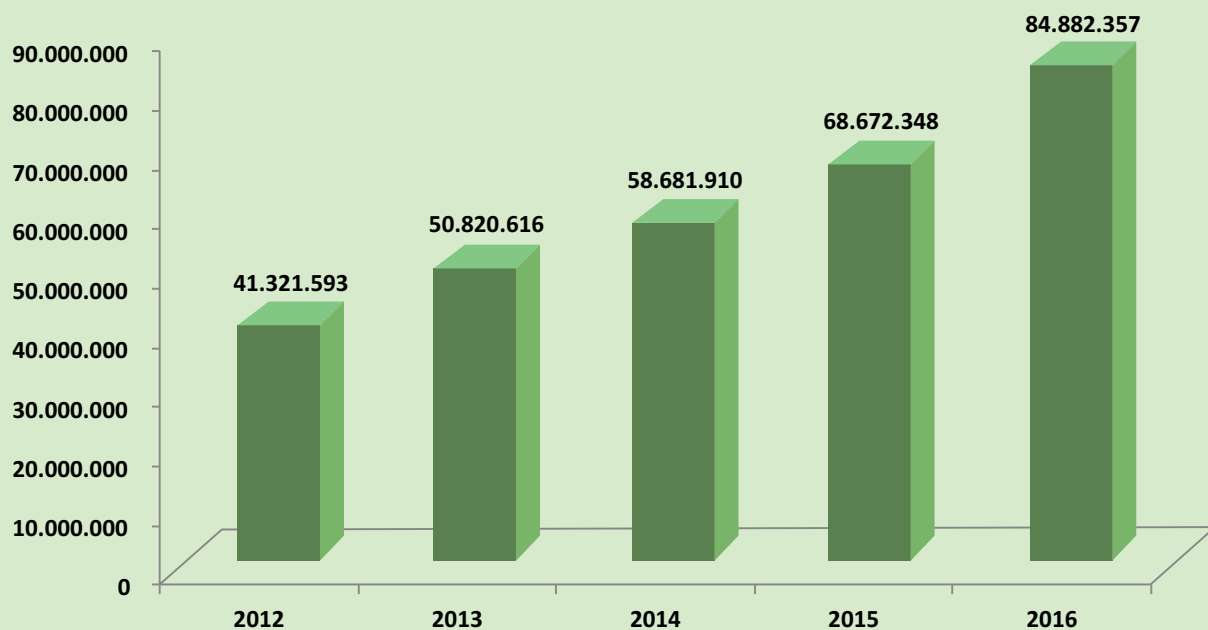
CAPITAL SOCIAL



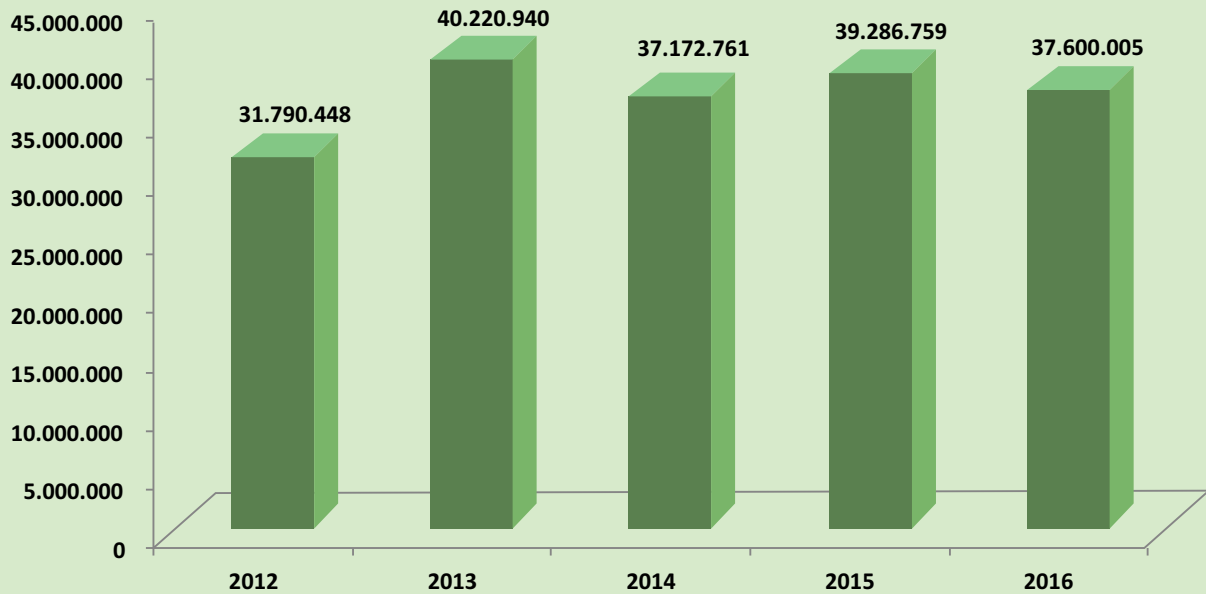
PATRIMÔNIO LÍQUIDO



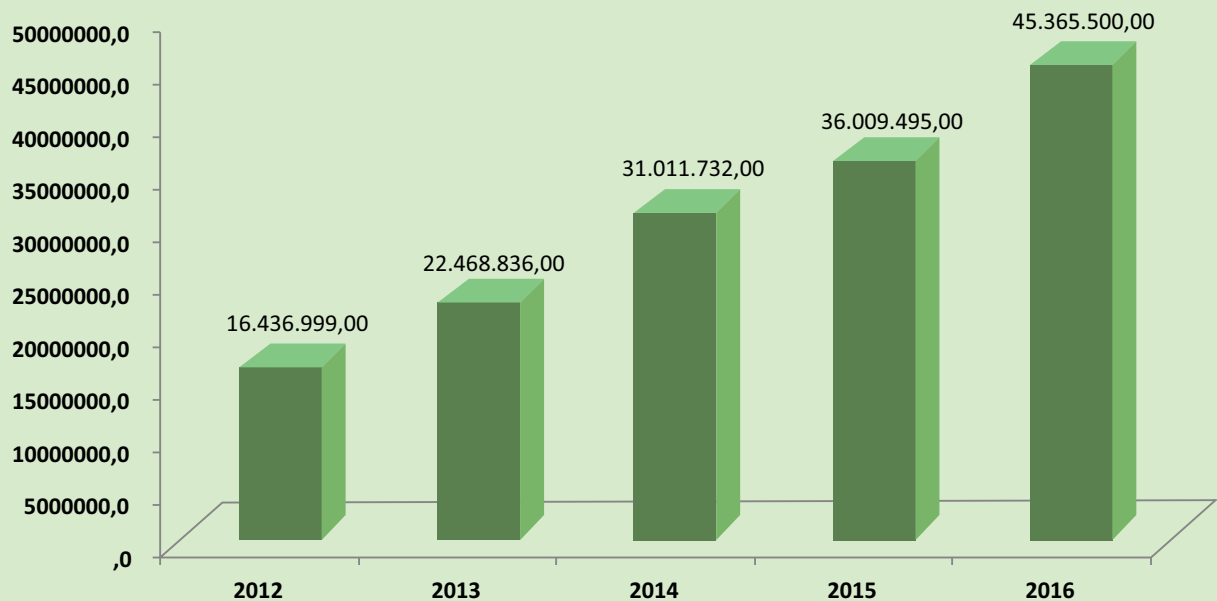
DEPÓSITOS



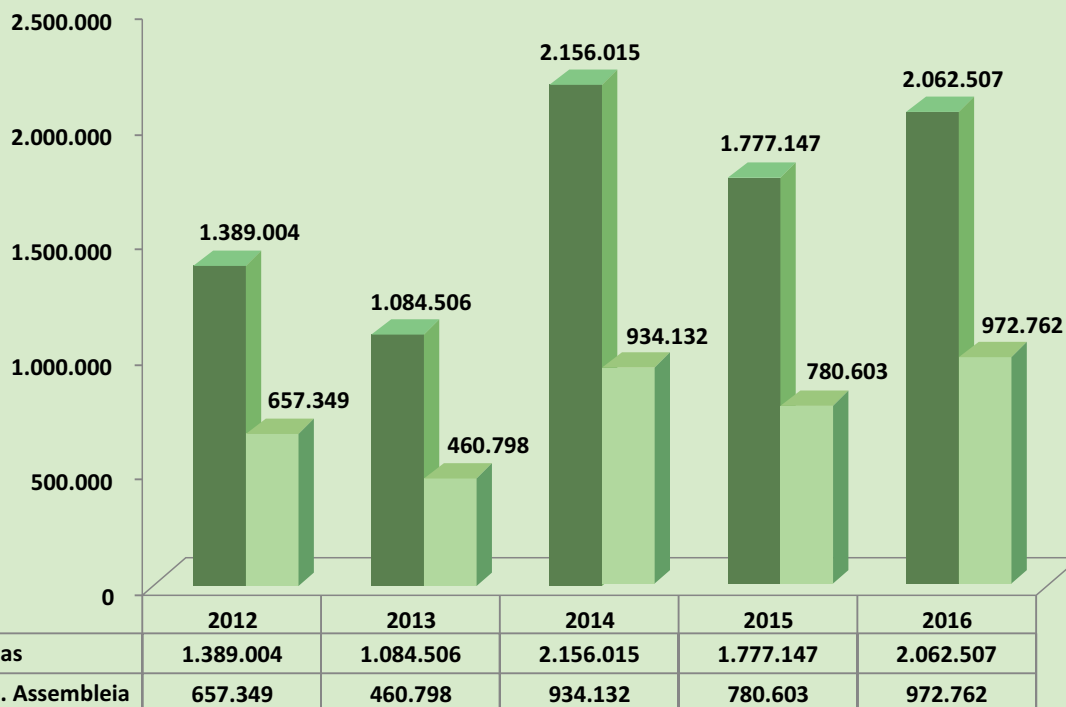
OPERAÇÕES DE CRÉDITO



EVOLUÇÃO POUPANÇA



RESULTADOS ANUAIS - SOBRAS



APURAÇÃO DAS SOBRAS LÍQUIDAS

	2016	2015
JUROS AO CAPITAL (INFORMATIVO)	R\$ 922.355,18	R\$ 793.009,86
DESCRIÇÃO		
Sobras / Lucro Líquido no Exercício	R\$ 2.062.506,83	R\$ 1.777.146,73
Lucro Líquido Atos não Cooperativos	R\$ 116.982,60	R\$ 215.940,29
Sobras Líquidas	R\$ 1.945.524,23	R\$ 1.561.206,44
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS		
Reserva Legal: 40%	R\$ 778.209,69	R\$ 624.482,58
FATES: 10%	R\$ 194.552,42	R\$ 156.120,64
Sobras à Disposição da AGO	R\$ 972.762,12	R\$ 780.603,22

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2016 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. - SICOOB CREDICAMPO na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2016 o SICOOB CREDICAMPO completou 31 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2016, o SICOOB CREDICAMPO obteve um resultado de R\$3.428.374,95 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 18,26%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 68.211.718,09. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 39.281.421,60.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 11.885.375,73	30,26%
Carteira Comercial	R\$ 27.396.045,87	69,74%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 14,68% da carteira, no montante de R\$ 5.765.397,72.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 84.882.357,42, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 23,60%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 21.538.438,47	25,37%
Depósitos a Prazo	R\$ 63.343.918,95	74,63%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 12,42% da captação, no montante de R\$ 10.544.707,39.

5. Patrimônio de Líquido

O Patrimônio Líquido do SICOOB CREDICAMPO era de R\$ 18.778.638,89. O quadro de associados era composto por 11.659 cooperados, havendo um acréscimo de 8,12% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O SICOOB CREDICAMPO adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 94,13% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada dois anos na AGO, com mandato até a AGO de 2018, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDICAMPO aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2016, a Ouvidoria do SICOOB CREDICAMPO registrou 08 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 08 reclamações, 02 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Entre Rios de Minas (MG), 26 de janeiro de 2017.

Conselho de Administração e Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos reais – R\$)

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	95.233.783,49	77.014.694,77
<u>Disponibilidades (Nota 4)</u>	1.644.220,82	1.316.395,60
<u>Relações Interfinanceiras(Nota 4)</u>	68.211.718,09	48.355.628,73
Centralização Financeira - Cooperativas	68.211.718,09	48.355.628,73
<u>Operações de Crédito (Nota 5)</u>	24.341.242,49	26.500.897,40
Operações de Crédito	26.022.659,59	28.145.138,30
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.681.417,10)	(1.644.240,90)
<u>Outros Créditos(Nota 6)</u>	961.015,33	826.572,23
Créditos por Avais e Fianças Honrados	74.373,63	29.011,59
Rendas a Receber	791.137,26	650.525,32
Diversos	148.445,15	156.957,31
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(52.940,71)	(9.921,99)
<u>Outros Valores e Bens</u>	75.586,76	15.200,81
Despesas Antecipadas	75.586,76	15.200,81
Realizável a Longo Prazo	14.702.262,54	14.128.898,39
<u>Operações de Crédito (Nota 5)</u>	13.258.762,01	12.785.861,50
Operações de Crédito	13.258.762,01	12.785.861,50
<u>Outros Créditos (Nota 6)</u>	1.443.500,53	1.343.036,89
Diversos	1.443.500,53	1.343.036,89
Permanente	5.059.128,30	4.505.445,05
<u>Investimentos (Nota 7)</u>	2.742.405,98	2.435.914,31
Participações em Cooperativas	2.742.405,98	2.435.914,31
<u>Imobilizado em Uso (Nota 8)</u>	2.316.722,32	1.685.946,08
Imóveis de Uso	448.393,56	991.659,18
Outras Imobilizações de Uso	3.980.419,88	1.976.991,38
(Depreciações Acumuladas)	(2.112.091,12)	(1.282.704,48)
<u>Diferido</u>	-	383.584,66
Gastos de Organização e Expansão	-	941.515,56
(Amortização Acumulada)	-	(557.930,90)
TOTAL DO ATIVO	114.995.174,33	95.649.038,21

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos reais – R\$)

PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	93.735.173,93	76.816.767,25
<u>Depósitos (Nota 9)</u>	84.882.357,42	68.672.348,25
Depósitos à Vista	21.538.438,47	17.132.350,19
Depósitos a Prazo	63.343.918,95	51.539.998,06
<u>Relações Interfinanceiras (Nota 10)</u>	4.727.150,15	4.662.615,53
Repasses Interfinanceiros	4.727.150,15	4.662.615,53
<u>Relações Interdependências (Nota 11)</u>	1.421.727,13	15.309,70
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.421.727,13	15.309,70
<u>Outras Obrigações (Nota 12)</u>	2.703.939,23	3.466.493,77
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	7.037,78	5.629,39
Sociais e Estatutárias	1.097.967,32	1.067.056,82
Fiscais e Previdenciárias	304.834,28	267.086,64
Diversas	1.294.099,85	2.126.720,92
Exigível a Longo Prazo	2.481.361,51	2.829.626,52
<u>Relações Interfinanceiras (Nota 10)</u>	1.034.206,18	1.453.343,81
Repasses Interfinanceiros	1.034.206,18	1.453.343,81
<u>Outras Obrigações (Nota 12)</u>	1.447.155,33	1.376.282,71
Diversas	1.447.155,33	1.376.282,71
Patrimônio Líquido (Nota 14)	18.778.638,39	16.002.644,44
<u>Capital Social</u>	12.846.079,18	11.235.604,12
De Domiciliados no País	12.922.862,12	11.307.663,45
(Capital a Realizar)	(76.782,94)	(72.059,33)
<u>Reserva de Lucros</u>	4.959.797,60	3.986.437,10
<u>Sobras Acumuladas</u>	972.762,11	780.603,22
TOTAL	114.995.174,33	95.649.038,21

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos reais – R\$)

	Nota	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira		5.205.685,34	10.458.373,50	10.255.520,44
Operações de Crédito		5.205.685,34	10.458.373,50	10.255.520,44
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira		(4.484.975,62)	(8.297.486,31)	(6.449.981,37)
Operações de Captação no Mercado		(3.657.050,70)	(6.926.554,91)	(5.324.455,20)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(229.867,80)	(445.958,82)	(325.298,89)
Provisão para Operações de Créditos		(598.057,12)	(924.972,58)	(800.227,28)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		720.709,72	2.160.887,19	3.805.539,07
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais		1.010.078,61	1.461.021,35	(636.242,44)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		649.865,41	1.275.803,24	1.249.015,24
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		1.146.496,84	2.143.019,19	1.856.005,92
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(2.817.477,79)	(5.490.758,72)	(4.952.783,64)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(2.510.409,17)	(4.878.904,67)	(4.287.812,84)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(49.294,89)	(108.278,90)	(102.554,37)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		4.518.808,07	8.165.316,63	5.408.222,98
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	17	397.513,99	1.006.541,20	841.401,96
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	18	(325.423,85)	(651.716,62)	(647.737,69)
Resultado Operacional		1.730.788,33	3.621.908,54	3.169.296,63
Resultado Não Operacional	19	2.259,00	5.362,78	(109.813,57)
Resultado Antes da Tributação/Participações		1.733.047,33	3.627.271,32	3.059.483,06
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos		(56.006,87)	(109.061,42)	(79.341,19)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(45.902,49)	(89.834,95)	(60.979,28)
Participação no Lucro (Sobra)	12.1	(225.605,79)	(443.510,84)	(349.006,00)
Sobras / Perdas antes das Destinações		1.405.532,18	2.984.864,11	2.570.156,59
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO			(1.089.746,82)	(996.543,51)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social			(311.537,13)	(372.060,93)
Reserva Legal			(778.209,69)	(624.482,58)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO			1.895.117,29	1.573.613,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	16		922.355,18	793.009,86

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos reais – R\$)

Eventos	Capital		Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar			
Saldos em 31/12/2014	9.884.797,41	(157.275,06)	2.988.301,89	934.131,57	13.649.955,81
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	-	-	373.652,63	(373.652,63)	-
Ao Capital	560.437,38	-	-	(560.437,38)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(41,56)	(41,56)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	601.072,98	85.215,73	-	-	686.288,71
Por Devolução (-)	(518.995,15)	-	-	-	(518.995,15)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	2.570.156,59	2.570.156,59
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(793.009,86)	(793.009,86)
Integralização de Juros ao Capital	780.444,44	-	-	-	780.444,44
IRRF Sobre Juros ao Capital	(93,61)	-	-	-	(93,61)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(215.940,29)	(215.940,29)
Destinação das Sobras ou Perdas:					
. Fundo de Reserva	-	-	624.482,58	(624.482,58)	-
. F A T E S	-	-	-	(156.120,64)	(156.120,64)
Saldos em 31/12/2015	11.307.663,45	(72.059,33)	3.986.437,10	780.603,22	16.002.644,44
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	-	-	195.150,81	(195.150,81)	-
Ao Capital	585.451,05	-	-	(585.451,05)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(1,36)	(1,36)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	648.120,10	(4.723,61)	-	-	643.396,49
Por Devolução (-)	(522.310,61)	-	-	-	(522.310,61)
Estorno Capital Subscrito	(840,00)	-	-	-	(840,00)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	2.984.864,11	2.984.864,11
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(922.355,18)	(922.355,18)
Integralização de Juros ao Capital	905.010,21	-	-	-	905.010,21
IRRF Sobre Juros ao Capital	(232,08)	-	-	-	(232,08)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(116.984,71)	(116.984,71)
Destinação das Sobras ou Perdas:					
. Fundo de Reserva	-	-	778.209,69	(778.209,69)	-
. F A T E S	-	-	-	(194.552,42)	(194.552,42)
Saldos em 31/12/2016	12.922.862,12	(76.782,94)	4.959.797,60	972.762,11	18.778.638,89
Saldos em 30/06/2016	11.862.286,56	(70.071,05)	4.181.587,91	1.161.557,52	17.135.360,94
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	394.948,98	(6.711,89)	-	-	388.237,09
Por Devolução (-)	(238.311,55)	-	-	-	(238.311,55)
Estorno Capital Subscrito	(840,00)	-	-	-	(840,00)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	1.405.532,18	1.405.532,18
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(504.580,77)	(504.580,77)
Integralização de Juros ao Capital	905.010,21	-	-	-	905.010,21
IRRF Sobre Juros ao Capital	(232,08)	-	-	-	(232,08)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(116.984,71)	(116.984,71)
Destinação das Sobras ou Perdas:					
. Fundo de Reserva	-	-	778.209,69	(778.209,69)	-
. F A T E S	-	-	-	(194.552,42)	(194.552,42)
Saldos em 31/12/2016	12.922.862,12	(76.782,94)	4.959.797,60	972.762,11	18.778.638,89

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos reais – R\$)

DESCRIÇÃO	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Atividades Operacionais			
Sobra / Perda do Exercício Antes da Tributação	1.733.047,33	3.627.271,32	3.059.483,06
IRPJ / CSLL	(101.909,36)	(198.896,37)	(140.320,47)
Provisão para Operações de Crédito	144.624,39	37.176,20	162.100,37
Depreciações e Amortizações	150.117,89	286.682,90	267.608,06
Participação dos Funcionários nos Lucros	(225.605,79)	(443.510,84)	(349.006,00)
Provisão de Juros ao Capital	(504.580,77)	(922.355,18)	(793.009,86)
Baixa no Imobilizado	3.230,50	54.189,74	128.199,89
	1.198.924,19	2.440.557,77	2.335.055,05
Aumento (Redução) em Ativos Operacionais			
Operações de Crédito	149.385,37	1.649.578,20	(2.276.098,56)
Outros Créditos	88.935,34	(234.906,74)	(386.630,19)
Outros Valores e Bens	40.219,28	(60.385,95)	277,87
Aumento (Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos a Vista	(96.604,84)	4.406.088,28	1.262.559,82
Depósitos sob Aviso	49.315,51	(31.395,61)	79.972,40
Depósitos a Prazo	4.109.892,62	11.835.316,50	8.647.905,88
Outras Obrigações	(187.805,53)	(691.681,92)	678.639,08
Relações Interdependências	1.395.719,52	1.406.417,43	1.162.715,42
Relações Interfinanceiras	(988.631,23)	(354.603,01)	7.124,60
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	5.759.350,23	20.364.984,95	11.511.521,37
Atividades de Investimentos			
Aplicação no Intangível	-	-	(140.867,75)
Inversões em Imobilizado de Uso	(49.583,52)	(590.777,42)	(631.798,32)
Inversões em Investimentos	(199.846,00)	(306.491,67)	(80.679,99)
Outros Ajustes	-	2.713,20	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(249.429,52)	(894.555,89)	(853.346,06)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	388.237,09	643.396,49	686.288,71
Devolução de Capital à Cooperados	(238.311,55)	(522.310,61)	(518.995,15)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(1,36)	(41,56)
Integralização de Juros ao Capital	905.010,21	905.010,21	780.444,44
IRRF sobre Juros ao Capital	(232,08)	(232,08)	(93,61)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(116.984,71)	(116.984,71)	(215.940,29)
FATES Sobras Exercício	(194.552,42)	(194.552,42)	(156.120,64)
Estorno Capital Subscrito	(840,00)	(840,00)	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	742.326,54	713.485,52	575.541,90
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	6.252.247,25	20.183.914,58	11.233.717,21
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	63.603.691,66	49.672.024,33	38.438.307,12
No Fim do Período	69.855.938,91	69.855.938,91	49.672.024,33
Varição Líquida das Disponibilidades	6.252.247,25	20.183.914,58	11.233.717,21

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA
OS SEMESTRES FINDOS EM 31/12/2016 e 31/12/2015
(Valores expressos em reais, exceto quando especificado)**

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. - SICOOB CREDICAMPO é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 15/09/1985, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDICAMPO possui Postos de Atendimento (PA's) nas seguintes localidades: Conselheiro Lafaiete, Cristiano Ottoni, Desterro de Entre Rios, Jeceaba, Lagoa Dourada, Piedade dos Gerais, São Brás do Suaçuí e Belo Vale.

O SICOOB CREDICAMPO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) Oferecer formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela Administração em 26 de janeiro de 2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de

Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

d) Provisão para operações de crédito

É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 estabeleceu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H o risco máximo.

e) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

f) Investimentos

São representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios entre outros equipamentos, as instalações, as edificações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente

amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Valor recuperável de ativos – "impairment"

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2016** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, que são os líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícito como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos qual a Cooperativa tem por diretriz.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores há 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2016**.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	1.644.220,82	1.316.395,60
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	68.211.718,09	48.355.628,73
Total	69.855.938,91	49.672.024,33

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	103.428,04	-	103.428,04	98.331,31
Cheque Especial / Conta Garantida	1.330.744,04	-	1.330.744,04	1.433.121,83
Empréstimos	10.870.707,78	8.503.344,02	19.374.051,80	23.032.378,80
Financiamentos	1.470.621,10	1.910.477,71	3.381.098,81	1.811.885,96
Títulos Descontados	3.203.782,73	2.940,45	3.206.723,18	3.101.131,24
Financiamento Rural Próprio	4.307.380,38	14.807.793,65	3.206.723,18	5.343.119,31
Financiamento Rural Repasses	4.735.995,52	1.034.206,18	5.770.201,70	6.111.031,35
(-) Provisão Perda com Operações de Crédito	(1.681.417,10)	-	(1.681.417,10)	(1.644.240,90)
Total	24.341.242,49	13.258.762,01	37.600.004,50	39.286.758,90

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
AA	-	Normal	466.699,61	-	481.414,87
A	0,50%	Normal	9.505.872,16	(47.529,40)	9.725.261,56
B	1%	Normal	21.037.979,29	(210.379,96)	22.070.182,05
B	1%	Vencidas	354.516,18	(3.545,16)	199.075,99
C	3%	Normal	5.123.828,67	(153.714,99)	5.294.359,72
C	3%	Vencidas	486.566,21	(14.597,00)	669.625,10
D	10%	Normal	273.674,26	(27.367,45)	372.045,73
D	10%	Vencidas	246.592,71	(24.659,29)	471.645,10
E	30%	Normal	339.253,95	(101.776,27)	336.576,93
E	30%	Vencidas	262.256,85	(78.677,12)	254.335,71
F	50%	Normal	97.355,87	(48.677,97)	105.375,30
F	50%	Vencidas	89.863,27	(44.931,67)	120.207,56
G	70%	Normal	28.215,62	(19.750,95)	21.597,89
G	70%	Vencidas	209.790,68	(146.853,60)	16.156,11
H	100%	Normal	80.040,78	(80.040,78)	260.906,12
H	100%	Vencidas	678.915,49	(678.915,49)	532.234,06
Total Normal			36.952.920,21	(689.237,77)	38.667.720,17
Total Vencido			2.328.501,39	(992.179,33)	2.263.279,63
Total Geral			39.281.421,60	(1.681.417,10)	40.930.999,80
Provisões			(1.681.417,10)	-	(1.644.240,90)
Total Líquido			37.600.004,50	-	39.286.758,90

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Sem Venc.	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	3.762.135,19	7.108.572,59	8.503.344,02	19.374.051,80
Títulos Descontados	-	3.107.044,88	96.737,85	2.940,45	3.206.723,18
Financiamentos	-	429.772,32	1.040.848,78	1.910.477,71	3.381.098,81
Financiamentos Rurais	-	1.771.017,23	7.272.358,67	2.841.999,83	11.885.375,73
Adiantamento Depositante	103.428,04	-	-	-	103.428,04
Cheque Especial e C/G	1.330.744,04	-	-	-	1.330.744,04
Total	1.434.172,08	9.069.969,62	15.518.517,89	13.258.762,01	39.281.421,60

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Atividade Econômica	Conta Corrente	Crédito Rural	Empréstimo	Títulos Descontados	Total
PESSOA FÍSICA	823.632,94	11.885.375,73	14.349.435,32	1.263.168,27	28.321.612,26
SET. PRIVATV. EMP. COMÉRCIO	411.541,95	-	4.908.006,07	1.244.477,88	6.564.025,90
SET. PRIVATV. EMP. INDÚSTRIA	44.701,15	-	417.523,00	389.534,54	851.758,69
SET. PRIV. I.M.S. SOC. CAPIT.	10.646,70	-	-	4.814,05	15.460,75
SET. PRIV. OUTROS SERVIÇOS	143.649,34	-	3.080.186,22	304.728,44	3.528.564,00
Total	1.434.172,08	11.885.375,73	22.755.150,61	3.206.723,18	39.281.421,60

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	1.644.240,90	1.482.140,53
Constituições/Reversões no período	881.953,86	1.180.640,21
Transferência/Reversões para Prejuízo no período	(844.777,66)	(1.018.539,84)
Total	1.681.417,10	1.644.240,90

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	660.632,73	2,08%	433.261,32	1,06%
10 Maiores Devedores	3.649.162,24	11,51%	3.112.048,88	7,60%
50 Maiores Devedores	10.435.125,43	32,91%	9.482.948,73	23,15%

Obs.: Desconsiderados os grupos econômicos.

g) Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	2.825.986,28	2.448.800,50
Valor das operações transferidas no período	844.777,66	1.018.539,84
Valor das operações recuperadas no período	(165.114,85)	(636.552,77)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(43.790,41)	(4.801,29)
Total	3.461.858,68	2.825.986,28

h) Receitas de Operações de Crédito:

Operações de Crédito	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de Adiantamento a Depositantes	125.204,64	168.949,31
Rendas de Empréstimos	7.067.533,73	7.176.084,80
Rendas de Títulos Descontados	892.622,58	917.876,44
Rendas de Financiamentos	663.505,02	430.203,83
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	1.085.237,06	978.365,51
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações Repassadas	456.130,27	319.975,30
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	168.140,20	264.065,25
Total de Operações de Crédito	10.458.373,50	10.255.520,44

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Rendas a Receber (a)	791.137,26	650.525,32
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	1.443.500,53	1.343.036,89
Títulos e Créditos a Receber (c)	118.539,33	100.797,15
Devedores Diversos - País (d)	104.279,45	85.171,75
(-) Provisão para Outros Créditos	(52.940,71)	(9.921,99)
Total	2.404.515,86	2.169.609,12

- (a) Em Rendas a Receber estão registrados: receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS (R\$ 776.106,15), rendas a receber da previdência social - INSS (R\$ 2.314,48), rendas de tributos federais, estaduais e municipais (R\$ 10.060,58) e outras (R\$ 2.656,05);
- (b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: Recursos Fiscais (R\$ 16.332,49), PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 220.817,01), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 712.959,46), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (R\$ 154.137,73) e PIS sobre Folha de Pagamento (R\$ 339.253,84);
- (c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas.
- (d) Em Devedores Diversos estão registrados os créditos por avais e fianças honrados (R\$ 74.373,63), adiantamento de férias aos colaboradores (R\$ 14.289,70), impostos e contribuições a compensar (R\$ 13.007,81) e outros (R\$ 2.608,31).

7. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e ações do **BANCOOB**, conforme demonstrado.

Movimentação dos investimentos:

Descrição	SICOOB CENTRAL CREDIMINAS	BANCOOB	Total
Saldos em 31/12/2015	2.326.659,32	28.575,00	2.355.234,32
Investimentos	80.679,99	-	80.679,99
Saldos em 30/06/2016	2.407.339,31	28.575,00	2.435.914,31
Investimentos	306.491,67	-	306.491,67
Saldos em 31/12/2016	2.713.830,98	28.575,00	2.742.405,98

8. Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme demonstrado:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2016	31/12/2015
Imobilizações em Curso	(*)	574.488,62	25.365,23
Terrenos	-	20.784,13	564.049,75
Edificações	4%	427.609,43	427.609,43
Móveis e Equipamentos	10%	2.278.216,54	1.044.379,47
Sistema de Processamento de Dados	20%	894.213,82	788.848,53
Sistemas de Comunicação	10%	27.955,63	27.445,63
Sistema de Segurança	10%	205.545,27	90.952,52
TOTAL		4.428.813,44	2.968.650,56
Depreciação acumulada		(2.112.091,12)	(1.282.704,48)
TOTAL		2.316.722,32	1.685.946,08

9. Depósitos

É composta de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito a Vista	21.538.438,47	17.132.350,19
Depósito Sob Aviso	1.083.505,90	1.114.901,51
Depósito a Prazo	62.260.413,05	50.425.096,55
Total	84.882.357,42	68.672.348,25

Os depósitos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos

bancos, o FGC, que considera os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	134.679,51	127.226,30
Despesas de Depósitos a Prazo	6.673.261,76	5.101.991,62
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor	118.613,64	95.237,28
Total Despesas com Captação no Mercado	6.926.554,91	5.324.455,20

10. Relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2016	31/12/2015
BANCOOB	Entre 5,50% a.a. e 9,50% a.a.	De fev/2017 a ago/2018	5.761.356,33	6.115.959,34

11. Relações interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ordens de Pagamento (a)	1.408.000,00	-
Concessionárias de Serviços Públicos	13.727,13	15.309,70
Total	1.421.727,13	15.309,70

(a) Referem-se a ordens de pagamento emitidas aos associados, por solicitação destes, com respectivo débito em conta corrente.

12. Outras obrigações

12.1 Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	338.043,60	453.248,86
Cotas de capital a pagar (b)	298.321,38	223.133,47
Participações nas Sobras (Lucros) (c)	430.158,29	348.601,59
Outras Obrigações	31.444,05	42.072,90
Total	1.097.967,32	1.067.056,82

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.

© Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos funcionários nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado em fev/2017.

12.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar (a)	46.463,86	57.820,56
Impostos e Contribuições a Recolher (b)	258.370,42	209.266,08
Total	304.834,28	267.086,64

(a) Refere-se a impostos e contribuições s/ serviços de terceiros (R\$23.781,58), impostos e contribuições s/ salários (R\$191.397,84) e outros (R\$43.191,00).

12.3 Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Cheques administrativos (a)	-	841.116,71
Despesas de Pessoal	605.549,39	532.885,48
Outras Despesas Administrativas (b)	144.436,01	110.767,06
Cheques Descontados (c)	21.657,26	172.236,21
Credores Diversos - País (d)	495.771,83	449.284,62
Provisão para Garantias Prestadas	26.685,36	20.430,84
Provisão para Passivos Contingentes (e)	1.447.155,33	1.376.282,71
Total	2.741.255,18	3.503.003,63

(a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2016;

(b) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com água/energia e gás (R\$ 8.655,85), aluguéis (R\$ 11.662,11), comunicações (R\$ 3.413,43), processamento de dados (R\$ 33.059,92), promoções e relações públicas (R\$ 8.480,00), manutenção e conservação de bens (R\$10.091,29), transporte (R\$ 3.917,51), seguro prestamista (R\$ 40.510,05) e outras (R\$ 24.645,85);

(c) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2016;

(d) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$ 428.563,94), valores a repassar ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS pela prestação de serviços (R\$ 50.089,30) e outros (R\$ 17.118,59);

(e) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS (1)	220.817,01	220.817,01	210.750,60	210.750,60
COFINS (1)	712.959,46	712.959,46	678.435,14	678.435,14
PIS FOLHA	342.908,64	339.253,84	297.388,00	294.142,18
Outras contingências (2)	170.470,22	170.470,22	189.708,97	159.708,97
TOTAL	1.447.155,33	1.443.500,53	1.376.282,71	1.343.036,89

(1) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

(2) Refere-se a ação judicial questionando a legalidade da CSLL (R\$154.137,73) e outros (R\$16.332,49).

Movimentações das provisões para riscos e contingências:

Descrição	CONFINS	PIS FATURAMENTO	PIS S/ FOLHA	OUTRAS Contingências	TOTAL
Saldo em 01/01/2014	645.636,31	201.186,32	233.784,21	189.327,88	1.269.934,72
Provisões/ Atualizações feitas durante o período	32.798,83	9.564,28	65.453,07	381,09	108.197,27
Provisões utilizadas / Reversões durante o período	-	-	(1.849,28)	-	(1.849,28)
Saldo em 31/12/2015	678.435,14	210.750,60	297.388,00	189.708,97	1.376.282,71
Provisões/ Atualizações feitas durante o período	34.524,32	10.066,41	51.502,36	10.761,25	106.854,34
Provisões utilizadas / Reversões durante o período	-	-	(5.981,72)	(30.000,00)	(35.981,72)
Saldo em 31/12/2016	712.959,46	220.817,01	342.908,64	170.470,22	1.447.155,33

13. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDICAMPO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo e empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

14. Patrimônio líquido
14.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	12.846.079,18	11.235.604,12
Associados	11.659	10.783

14.2 Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

14.3 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de abril de 2016, os cooperados deliberaram a distribuição das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, sendo R\$585.452,41 pelo aumento do capital social e R\$195.150,81 transferido para Reserva Legal.

14.4 Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Sobra líquida do exercício	2.062.508,93	1.777.146,73
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(116.984,71)	(215.940,29)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações.	1.945.524,22	1.561.206,44
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 40%	(778.209,69)	(624.482,58)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%.	(194.552,42)	(156.120,64)
Sobra à disposição da Assembléia Geral	972.762,11	780.603,22

15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receita de prestação de serviços	1.145.666,11	1.116.295,22
Despesas específicas de atos não cooperativos	(103.949,54)	(108.014,78)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(534.037,41)	(542.520,34)
Resultado operacional	507.679,16	465.760,10
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas.	5.362,78	(109.813,57)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	513.041,94	355.946,53
Imposto de Renda e CSSL	(198.896,37)	(140.006,25)
Valores conforme resolução Sicoob confederação nº 129/16 e 145/2016	(197.160,86)	-
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	116.984,71	215.940,29

16. Pagamento de Juros ao Capital

Em 30/12/2016 a Cooperativa realizou o pagamento juros ao capital próprio. Os critérios para o pagamento obedeceu a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

17. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de Encargos e Despesas	23.046,98	81.743,38
Reversão de Outras Provisões Operacionais (a)	126.836,10	65.000,47
Rendas de Repasses Interfinanceiros	1.426,64	12.040,02
Atualização de Depósitos Judiciais	69.374,45	89.139,55
Rendas de Cartões	390.437,20	283.501,89
Dividendos	6.531,06	5.031,70
Outras Rendas Operacionais (b)	388.888,77	304.944,95
TOTAL	1.006.541,20	841.401,96

- (a) Refere-se a reversão de PLR exercício 2015 provisionado a maior (R\$ 84.480,26), reversão processo judicial arquivado de forma definitiva (R\$30.000,00), e outras reversões (R\$12.355,84).
- (b) Refere-se a distribuição de sobras do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS (R\$ 218.139,70), repasse tarifa cheque devolvido (R\$18.252,61), tarifa assistência técnica (R\$152.004,06) e outras rendas (R\$ 492,40).

18. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	33.638,71	7.712,14
Descontos Concedidos em Renegociações	77.071,84	130.233,65
Cancelamento de Tarifas Pendentes	159.582,96	101.251,34
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	2.723,08	25.072,59
Provisão para Passivos Contingentes	100.031,02	116.347,99
Outras Despesas Operacionais	113.673,21	222.762,49
Outros	-	5.503,71
Provisão para Garantias Prestadas	16.735,05	27.374,83
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	2.796,51	7.892,40
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	1.194,21	3.586,55
Contribuições ao Fundo de Investimentos Tecnologia da Informação	144.270,03	-
TOTAL	651.716,62	647.737,69

(a) Refere-se a contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Valores - FRV (R\$ 87.766,60) e outras (R\$ 25.906,61).

19. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos de Capital	10.845,94	41.922,40
Outras Rendas Não Operacionais	156,64	155,68
Total de Receitas Não Operacionais	11.002,58	42.078,08
Perdas de Capital	(5.639,80)	(151.891,65)
Total de Despesas Não Operacionais	(5.639,80)	(151.891,65)
Resultado Líquido	5.362,78	(109.813,57)

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e dos membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016:

MOVIMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 245.235,55	0,46%
MOVIMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 431.100,00	0,73%

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2016:

OPERAÇÕES ATIVAS			
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Cheque Especial / Conta Garantida	11.457,53	57,71	0,03%
Crédito Rural	31.801,75	318,02	0,08%
Empréstimos / Financiamentos	72.994,59	139,80	0,19%

OPERAÇÕES PASSIVAS		
Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
942.021,20	1,51 %	12,24

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração aplicada para os associados foram as mesmas praticadas para as partes relacionadas. As taxas/remunerações praticadas estão à disposição dos associados nas dependências do SICOOB CREDICAMPO.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2016	
Descrição	%
Crédito Rural	0,20%
Empréstimos e Financiamentos	1,15%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,05%
Aplicações Financeiras	0,73%

As obrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

AS COBRIGAÇÕES PRESTADAS A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2016
R\$ 41.857,89

No exercício de 2016, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por benefícios monetários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS E ENCARGOS NO EXERCÍCIO DE 2016	
Honorários	559.769,56
Gratificações da Diretoria	77.261,08
Conselheiros de Administração	103.333,23
FGTS Diretoria	48.446,86
TOTAL	788.810,73

21. Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

O **SICOOB CREDICAMPO** em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDICAMPO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 4)	68.211.718,09	48.355.628,73
Ativo Permanente - Investimentos (nota 7)	2.713.830,98	2.407.339,31

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2016, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 24 de agosto de 2016, com opinião sem modificação.

A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base 31 de dezembro de 2016 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

22. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 2.440.644,42 (31/12/2015 - R\$ 1.937.862,85), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com outras instituições financeiras.

23. Seguros contratados – Não auditados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24. Índice de Basiléia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização em 31 de dezembro de 2016.

25. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDICAMPO, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificados como perdas possíveis 04 processos, totalizando aproximadamente R\$85 mil.

26. Beneficiários a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Multi Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1,78% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2016 totalizaram R\$ R\$ 46.296,49.

27. Gerenciamento de Risco e de Capital

27.1 Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no art. 12 da Lei Complementar 130/2009 e no art. 34 da Resolução CMN 4.434/2015.

A estrutura centralizada de gerenciamento do risco operacional do Sicoob prevê:

- a) identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;
- b) documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- c) elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências e de gerenciamento do risco operacional;
- d) realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- e) elaboração de propostas de atualização da política;
- f) disseminação da Política de Gerenciamento de Risco Operacional aos empregados da entidade, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;
- g) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco operacional;
- h) implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação sobre continuidade de atividades.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Para situações de risco identificadas são estabelecidas planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de controles Internos e Riscos (ACIR).

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

27.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB CREDICAMPO** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Visando definir responsabilidades e diretrizes aplicadas à gestão de riscos de mercado e de liquidez e atender às exigências e normas legais, foram estabelecidas as Políticas Institucionais de Gerenciamento da Centralização Financeira de Riscos de Mercado e de Liquidez, aprovadas pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob.

O gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma centralizada pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), com amparo nos Artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez prevê:

- a) realização de validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de liquidez;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez;
- d) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos para as entidades do Sicoob, fornecidos pela área responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez, que evidenciem, no mínimo:
 - d.1) valor em Risco (Value at Risk – VaR);
 - d.2) limites máximos de risco de mercado;
 - d.3) cenários de stress para risco de mercado;
 - d.4) limite mínimo de liquidez;
 - d.5) cenários de stress para risco de liquidez.
- e) realização de testes de avaliação dos sistemas implementados de controle dos riscos de mercado e de liquidez;
- f) elaboração das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as especificações normativas;
- g) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e de liquidez.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob. O relatório descritivo dessa estrutura encontra-se disponível no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br.

27.3 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob é formalizado por meio da Política Institucional de Risco de Crédito em vigor, com característica sistêmica, e foi aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, observando o que preceitua a Resolução CMN 3721/2009.

O Bancoob é responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, conforme prevê o Artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitoramento das carteiras de crédito e manutenção de política única de risco de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) procedimentos para a recuperação de créditos;
- e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;
- g) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível adequado de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- h) modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;
- i) limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- j) modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa bem como no capital regulamentar e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas do gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado, contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcionais à dimensão da exposição ao risco de crédito das entidades integrantes do Sistema Sicoob, sendo o descritivo disponibilizado no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br.

27.4 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB CREDICAMPO** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

O gerenciamento de capital é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no Artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, e é formalizada por meio da Política Institucional de Gerenciamento de Capital, aprovada pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, que estabelece as diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital, visando adotar uma postura prospectiva, antecipando necessidades de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições do mercado.

A estrutura de gerenciamento de capital prevê:

- a) monitoramento e controle do capital mantido pelas entidades do Sicoob;
- b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades estão sujeitas;
- c) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades e horizonte mínimo de 3 (três) anos;
- d) postura prospectiva, com antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- e) viabilização, por meio de planejamento adequado de capitalização e de condições necessárias para o crescimento de negócios, estabelecido nas diretrizes estratégicas.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, a estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório disponível no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br.

Entre Rios de Minas – MG, 26 de Janeiro de 2017.

Saulo Mascarenhas Ribeiro de Oliveira
Presidente do Conselho

João Bosco Firmino dos Reis
Diretor Geral

Edson José Pinto de Sousa
Diretor de Operações

Daniela Fonseca Cordeiro
Contador – CRC nº: 089.952

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do SICOOB CREDICAMPO – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda, reunido em 24/02/2017, em cumprimento do art. 39, inciso “II” do Estatuto Social, declara, para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu a minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis, que compreendem o Balanço Geral, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDICAMPO – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda, em 31 de dezembro de 2016.

Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação, das demonstrações financeiras relativas ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

ENTRE RIOS DE MINAS (MG), 24 de fevereiro de 2017.

Tâmara de Carvalho Bethônico
Coordenadora do Conselho Fiscal

Marcelo Nicolau da Costa
Conselheiro Fiscal Efetivo

Janilson Salatiel da Rocha
Secretário

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. - SICOOB
CREDICAMPO
Entre Rios de Minas - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Com parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles interno relevante para a auditoria para planejarmos procedimento de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles interno da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 23 de março de 2017.



Júlio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG – 069.261/O
CNAI 1.953

7

Princípios PARA A COOPERATIVA segundo Papa Francisco:

- 1 Que desenvolva a parte mais fraca das comunidades locais e da sociedade civil;
- 2 Que se preocupe com a “relação entre a economia e a justiça social” tendo no centro “sempre a pessoa e não o dinheiro”;
- 3 Que facilite e incentive a vida familiar;
- 4 Que proponha “soluções para a gestão cooperativa”;
- 5 Que promova a “solidariedade e o uso social do dinheiro”;
- 6 Que seja honesta para difundir a honestidade contra a corrupção;
- 7 E que participe ativamente no processo de globalização, porque “globalização é solidariedade”.



www.sicoobcredicampo.com.br

Ouvidoria: 0800 725 0996 | Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458